



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE – MG

PROCESSO LICITATÓRIO: 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2026

PORTAL SEGURANÇA ELETRONICA LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob o nº: 03.637.186/0001-82, sediada na Rua Bernardino Brandão, 180, sala 03, Bairro Rosário, João Monlevade, MG, neste ato representada por seu sócio **EDMAR MARTINS DO CARMO**, inscrito no CPF sob o nº 040.150.716-54 portador do RG: MG-9.029.763, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela empresa SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Interposto Recurso Administrativo, com intimação em 07/05/2026 (quinta-feira), o prazo final para apresentação das contrarrazões ocorrerá em 12/05/2026 (terça-feira). Isto posto, é tempestiva a presente manifestação, pois ocorrida no prazo legal.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inconformada com a habilitação da Recorrida, a empresa SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA., apresentou Razões de Recurso, pretendendo a desclassificação da Recorrida.

O recurso administrativo apresentado pela recorrente não merece provimento, uma vez que se sustenta em interpretações excessivamente formalistas do



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

instrumento convocatório, desconsiderando os princípios contemporâneos que regem as contratações públicas sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

A habilitação da recorrida observou integralmente as exigências editalícias e legais, especialmente no tocante à qualificação técnica e à demonstração de exequibilidade da proposta, não existindo qualquer vício material capaz de comprometer a legalidade do certame.

Antes de adentrarmos ao mérito de cada uma das razões de recurso apresentadas, precisamos tecer algumas considerações extremamente necessárias ao julgamento em questão.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS TEMAS TRAZIDOS PELA RECORRENTE

A Lei Federal nº Lei nº 14.133/2021 promoveu significativa alteração no regime jurídico das contratações públicas, especialmente ao privilegiar a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da eficiência, competitividade, razoabilidade e supremacia do interesse público. Nesse contexto, a aferição da exequibilidade das propostas não pode ser realizada de forma automática, rígida ou excessivamente formalista, sob pena de afastar propostas potencialmente vantajosas ao interesse público.

O art. 59 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que serão desclassificadas as propostas inexecutáveis ou aquelas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração. Todavia, o próprio legislador conferiu à Administração o dever-poder de realizar diligências destinadas à aferição da exequibilidade das propostas, conforme expressamente previsto no §2º do referido dispositivo:

“A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.”



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

A interpretação sistemática da norma conduz ao entendimento de que a inexecutabilidade não pode ser presumida de forma absoluta, especialmente porque a finalidade precípua do procedimento licitatório consiste na obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, e não na eliminação automática de licitantes por meras questões formais.

Nesse sentido, a moderna doutrina administrativista sustenta a mitigação do formalismo exacerbado nas licitações públicas. Marçal Justen Filho leciona que o procedimento licitatório deve ser interpretado à luz do princípio da instrumentalidade das formas, segundo o qual as exigências formais não constituem um fim em si mesmas, mas instrumentos destinados à garantia da seleção da proposta mais vantajosa. Assim, não se admite a inabilitação ou desclassificação quando a falha for sanável e não comprometer a isonomia nem a segurança jurídica do certame.

No mesmo sentido, Ronny Charles Lopes de Torres defende que a Nova Lei de Licitações prestigia o formalismo moderado, permitindo à Administração promover diligências e saneamentos processuais sempre que possível, evitando decisões excessivamente restritivas e incompatíveis com o interesse público.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou entendimento no sentido de que o excesso de formalismo deve ser repellido nas licitações públicas. Destaca-se, nesse aspecto, o relevante entendimento firmado no Acórdão TCU nº 1.211/2021, no qual se assentou que a vedação à inclusão de novo documento não alcança documento comprobatório de condição preexistente à sessão pública, mas que deixou de ser apresentado por mero equívoco material do licitante. O TCU consignou que:

“A vedação à inclusão de novo documento (...) não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes por equívoco ou falha.”

Referido entendimento harmoniza-se com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza a realização de diligências para saneamento de falhas, complementação de informações e atualização documental, desde que não haja inovação substancial da proposta ou da documentação originalmente exigida.

A interpretação contemporânea da legislação licitatória, portanto, exige que a Administração Pública adote postura voltada à busca da verdade material, privilegiando a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, em detrimento de formalismos desnecessários. O formalismo moderado constitui verdadeira diretriz interpretativa da Nova Lei de Licitações.

A jurisprudência pátria é vasta ao condenar o excesso de formalismo. O próprio Tribunal de Contas da União possui entendimento reiterado de que falhas meramente formais, sanáveis e incapazes de causar prejuízo à competitividade ou à isonomia não devem ensejar a desclassificação de propostas ou a inabilitação de licitantes. Nessa linha, o TCU compreende que a diligência possui natureza de poder-dever da Administração, especialmente quando necessária para esclarecer dúvidas acerca da capacidade de execução da proposta ou da regularidade documental do licitante.

No tocante especificamente à exequibilidade, a interpretação atual afasta a presunção absoluta de inexecuibilidade mesmo nos casos previstos no art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021. A tendência jurisprudencial é no sentido de reconhecer que os parâmetros legais constituem presunção relativa, admitindo prova em contrário mediante diligência administrativa e demonstração concreta da viabilidade econômica da proposta.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Assim, a Administração Pública deve ampliar os meios admitidos para comprovação da exequibilidade, possibilitando ao licitante apresentar planilhas, contratos anteriores, notas fiscais, composições de custos, ganhos de escala, metodologia executiva, documentos complementares e quaisquer outros elementos aptos a demonstrar a viabilidade da execução contratual. Tal postura concretiza os princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e busca da proposta mais vantajosa.

Desse modo, a interpretação da Lei nº 14.133/2021 deve ocorrer em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública, vedando-se o excesso de formalismo e assegurando-se a realização de diligências saneadoras, inclusive com a apresentação de documentos novos destinados à comprovação de condição preexistente, conforme sedimentado pelo TCU no Acórdão nº 1.211/2021.

A adoção dessa orientação preserva a competitividade do certame, amplia a disputa, evita desclassificações indevidas e assegura a efetiva satisfação do interesse público.

III - DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS

A recorrente sustenta, em síntese:

- a) suposta desconformidade técnica dos equipamentos ofertados pela recorrida;
- b) alegada violação ao art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sob o argumento de que teria havido complementação indevida da proposta;
- c) suposta ausência de comprovação de exequibilidade da proposta apresentada;
- d) alegada violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e competitividade.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Todavia, nenhuma das alegações merece prosperar. O recurso apresentado se baseia em conjecturas, interpretações subjetivas e premissas técnicas equivocadas, sem qualquer demonstração objetiva de irregularidade, tampouco comprovação de prejuízo ao certame ou à Administração Pública.

Ao contrário, toda a atuação administrativa observou rigorosamente os princípios da legalidade, da competitividade, da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, em estrita consonância com a Lei nº 14.133/2021.

IV - DA LEGALIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

A Administração Pública conduziu o certame em absoluta observância às disposições editalícias e legais.

O objeto do certame consiste na “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, manutenção e monitoramento de equipamentos de segurança eletrônica, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro”, conforme expressamente previsto no edital e no Termo de Referência.

O próprio Termo de Referência estabelece que a contratação possui natureza integrada, envolvendo solução tecnológica unificada, interoperabilidade sistêmica e integração operacional.

A justificativa técnica constante do Anexo I expressamente reconhece a inviabilidade técnica do parcelamento e a necessidade de padronização tecnológica, diante da



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

interdependência entre equipamentos, softwares, monitoramento e infraestrutura operacional.

Assim, a análise da proposta deve considerar a solução integrada ofertada, e não interpretação fragmentada ou isolada de componentes específicos.

V - DA PROPOSTA APRESENTADA

A recorrente pretende substituir a análise objetiva da compatibilidade funcional exigida pelo edital por interpretação restritiva e excessivamente formalista.

A Administração, no exercício legítimo de sua discricionariedade técnica, avaliou a solução apresentada e concluiu pela plena adequação ao objeto licitado. Não compete à recorrente substituir o juízo técnico da Administração por mera inconformidade comercial.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é consolidada no sentido de que a Administração detém competência para avaliar tecnicamente a adequação da solução ofertada, sendo vedada desclassificação baseada em formalismo excessivo.

Nesse sentido:

“Nas licitações para contratação de soluções tecnológicas, deve prevalecer a análise funcional e de resultado, e não interpretação excessivamente formalista de características técnicas, desde que preservada a finalidade pública e a competitividade.” (TCU – Acórdão 1214/2013 – Plenário)

Por erro material, foram informados itens diferentes da proposta vinculante, quando da apresentação da proposta readequada. Tal fato, gerou interpretação divergente, o



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

que agora será sanado pela apresentação da devida proposta readequada vinculada ao objeto e à proposta inserida na plataforma inicialmente.

A jurisprudência do TCU é absolutamente pacífica:

“É irregular a desclassificação de proposta vantajosa em razão de falhas sanáveis, devendo a Administração promover diligência para esclarecimento ou complementação de informações.” (TCU – Acórdão 2443/2021 – Plenário)

“Deve ser privilegiado o formalismo moderado, vedando-se desclassificação fundada em mera irregularidade formal ou deficiência sanável.” (TCU – Acórdão 357/2015 – Plenário)

A própria Lei nº 14.133/2021 consagra o princípio do formalismo moderado, da razoabilidade e da busca da proposta mais vantajosa.

Não houve substituição integral da solução ou alteração do núcleo da proposta. Os esclarecimentos apresentados apenas detalharam tecnicamente a solução já originalmente ofertada.

Infelizmente, a Recorrida ao apresentar a sua proposta readequada, após a fase de lances, o fez, anexando proposta diversa daquela vinculada ao certame, o que ocasionou os apontamentos técnicos do recurso. Por tratar-se de erro material sanável, e pela garantia da proposta apresentada inicialmente, invocamos o entendimento do TCU no Acórdão 1.211/2021 e anexamos ao presente Recurso, novo documento, solicitando a esta Pregoeira que o receba e considere como documento regular e válido, que exatamente por falha humana foi apresentado de forma errada anteriormente.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça possuem entendimento consolidado no sentido de que a Administração deve prestigiar o interesse público e evitar formalismos exacerbados.

Segundo Marçal Justen Filho:

“A diligência não representa violação à isonomia, mas instrumento destinado à obtenção da proposta mais vantajosa e da verdade material, devendo ser utilizada para sanar dúvidas e imperfeições formais.” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: RT)

No mesmo sentido, ensina Ronny Charles:

“A diligência saneadora é expressão do formalismo moderado e da busca da eficiência administrativa, sendo ilegítima a desclassificação fundada em defeitos irrelevantes ou plenamente sanáveis.” (Ronny Charles Lopes de Torres. Lei de Licitações Públicas Comentada)

Portanto, inexistente qualquer ilegalidade na conduta administrativa.

VI – DA PLENA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A alegação de inexecutabilidade igualmente não merece acolhimento.

A recorrida apresentou relatório técnico de composição de preços e comprovação de executabilidade demonstrando:

- existência de estrutura operacional consolidada no município;
- unidade operacional ativa;
- frota própria;
- equipe técnica qualificada;
- experiência prévia na execução do mesmo objeto;



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

- infraestrutura logística já implantada;
- redução de custos operacionais decorrentes da continuidade da operação;
- plena capacidade financeira e operacional.

O relatório técnico demonstra objetivamente que os preços ofertados decorrem de ganhos de eficiência operacional e economia de escala.

A recorrente pretende impor exigências não previstas no edital, como apresentação compulsória de planilhas detalhadas de composição de custos.

Todavia, o edital não estabeleceu tal obrigação.

Nos termos da jurisprudência do TCU, a inexecutabilidade não pode ser presumida.

A Súmula 262 do TCU dispõe:

“O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/1993 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta.”

A tese recursal apresentada parte de uma presunção não comprovada de que a proposta vencedora teria sido estruturada mediante reutilização indevida de equipamentos anteriormente instalados, sem, contudo, demonstrar qualquer elemento concreto que evidencie descumprimento das exigências editalícias. Tal linha argumentativa afronta diretamente os princípios da objetividade do julgamento, da presunção de legitimidade das declarações prestadas pela licitante e da vedação ao formalismo excessivo, todos expressamente consagrados pela Lei nº 14.133/2021.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a desclassificação de proposta somente é admissível quando houver demonstração objetiva de inexecutabilidade ou desconformidade insanável com o edital. A mera conjectura de que a licitante possa possuir vantagem operacional decorrente de experiência anterior ou estrutura já instalada não constitui fundamento jurídico idôneo para afastar a validade da proposta apresentada.

A Administração Pública não pode presumir irregularidade a partir da eficiência operacional da contratada, sobretudo quando inexistem provas de que os equipamentos ofertados não atendam às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência. Ao contrário, a Lei nº 14.133/2021 prestigia a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, conforme art. 11, inciso I, sendo plenamente legítimo que uma empresa detenha maior capacidade competitiva em razão de expertise acumulada, logística previamente estruturada, equipe técnica disponível ou economia de escala.

Nesse sentido, a existência de infraestrutura operacional prévia não configura vantagem competitiva ilícita, mas consequência natural da livre concorrência e da eficiência empresarial. Exigir que a licitante demonstre detalhadamente a absorção interna de todos os custos operacionais, sem indício concreto de inexecutabilidade, equivaleria à criação de requisito não previsto no edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que a inexecutabilidade não pode ser presumida, devendo ser comprovada mediante análise objetiva e fundamentada:

“A desclassificação de proposta por inexecutabilidade exige demonstração objetiva da impossibilidade de execução do contrato, não bastando meras presunções ou conjecturas.” — Tribunal de Contas da União, Acórdão 1.214/2013 – Plenário.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

No mesmo sentido:

“A existência de preços inferiores aos estimados pela Administração não conduz automaticamente à inexecutabilidade da proposta, especialmente quando a licitante demonstra possuir condições operacionais diferenciadas.” — TCU, Acórdão 2.528/2012 – Plenário.

Ainda, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça estabelece que a Administração deve prestigiar o formalismo moderado e a busca da proposta mais vantajosa:

“O procedimento licitatório não deve ser conduzido com rigor excessivo, capaz de comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.”
— STJ, RMS 34.188/DF.

A doutrina especializada igualmente rejeita interpretações restritivas fundadas em presunções abstratas de desequilíbrio concorrencial. Para Marçal Justen Filho:

“A experiência prévia, a estrutura empresarial já existente e a eficiência operacional não configuram vantagem ilícita, mas expressão legítima da capacidade competitiva do particular.”

Na mesma linha, Ronny Charles Lopes de Torres leciona que:

“A Administração não pode desclassificar propostas com base em desconfiças genéricas ou exigências implícitas não previstas no instrumento convocatório, sob pena de violação à segurança jurídica e à competitividade.”

A alegação de suposta contradição entre o fornecimento de equipamentos novos e o aproveitamento de estrutura operacional existente também não se sustenta juridicamente. Estrutura operacional, equipe técnica, logística e continuidade contratual são



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

elementos distintos do fornecimento de bens novos. O fato de a licitante já atuar no município não implica, por si só, reutilização de equipamentos ou descumprimento contratual.

Ademais, a própria Lei nº 14.133/2021 adota modelo de contratação orientado à eficiência, ao resultado e à economicidade, sendo incompatível com o regime jurídico atual qualquer interpretação que penalize empresas mais eficientes ou melhor estruturadas.

Importante destacar que eventual diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 possui natureza discricionária e instrumental, não constituindo etapa obrigatória fundada em mera especulação. A Administração somente deve instaurar diligência quando houver dúvida objetiva, concreta e razoavelmente fundamentada acerca da exequibilidade ou conformidade da proposta, o que não se verifica no caso narrado.

Não há, portanto, qualquer “vantagem competitiva indevida”, mas simples manifestação de maior eficiência empresarial da licitante vencedora, circunstância plenamente admitida pelo ordenamento jurídico e compatível com os princípios da competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, admitir a tese recursal significaria criar presunção absoluta de inexecutabilidade sempre que a licitante possuísse experiência prévia na execução contratual, o que afrontaria não apenas a Lei nº 14.133/2021, mas também os princípios constitucionais da livre concorrência, da isonomia material e da eficiência administrativa.

Em contraposição aos argumentos expendidos pela recorrente, verifica-se que a decisão administrativa que aceitou a proposta vencedora observou integralmente os princípios e regras estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, inexistindo qualquer elemento concreto apto a caracterizar inexecutabilidade da proposta ou afronta à isonomia entre os licitantes.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Importa destacar que a mera diferença percentual entre o valor estimado pela Administração e a proposta ofertada não constitui, por si só, causa automática de desclassificação.

A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que o orçamento estimativo representa parâmetro referencial da contratação, não servindo como piso obrigatório para formulação das propostas.

Nesse sentido, o entendimento predominante do TCU é de que a inexecutabilidade não pode ser presumida exclusivamente em razão do desconto ofertado, sendo indispensável demonstração objetiva e concreta da inviabilidade de execução contratual.

O Acórdão nº 803/2024-Plenário reafirma que “a presunção de inexecutabilidade deve estar amparada em elementos técnicos suficientes que evidenciem a impossibilidade de execução do objeto”, não bastando mera inferência decorrente do percentual de desconto.

A própria Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, § 2º, confere à Administração faculdade discricionária para realização de diligências destinadas à aferição da executabilidade, e não imposição automática sempre que houver diferença relevante entre o orçamento estimado e a proposta vencedora. Assim, inexistindo indícios concretos e objetivos de inviabilidade, não há obrigatoriedade de instauração de diligência complementar.

No caso concreto, a recorrente limita-se a sustentar presunção abstrata de inexecutabilidade fundada exclusivamente na diferença entre o valor estimado e o valor contratado, sem, contudo, apresentar qualquer demonstração técnica específica de que os



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

custos operacionais, logísticos, trabalhistas, tributários ou tecnológicos inviabilizariam a execução do objeto pela vencedora.

Tal circunstância é insuficiente para afastar a presunção de legitimidade da proposta apresentada, sobretudo porque a licitante declarada vencedora assumiu integral responsabilidade pela execução contratual nos termos exigidos pelo edital, submetendo-se às penalidades legais e contratuais em caso de inadimplemento.

A doutrina administrativista também rechaça a automática vinculação entre desconto elevado e inexecutabilidade. Conforme leciona Marçal Justen Filho, “a inexecutabilidade somente se caracteriza quando demonstrada objetivamente a impossibilidade de execução satisfatória do contrato, não bastando mera suspeita fundada em valores reduzidos”.

No mesmo sentido, Rafael Sérgio de Oliveira ensina que “o preço aparentemente baixo pode decorrer de estrutura empresarial mais eficiente, ganho de escala, tecnologia própria, estratégia comercial ou condições diferenciadas de mercado”.

Ademais, não há qualquer afronta ao princípio da isonomia. Ao contrário, a desclassificação de proposta válida, sem comprovação técnica inequívoca de inexecutabilidade, é que configuraria violação aos princípios da competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A Administração Pública não pode presumir incapacidade empresarial apenas porque determinado licitante possui modelo operacional mais eficiente ou capacidade econômica distinta dos demais concorrentes. A livre concorrência no certame pressupõe justamente a possibilidade de apresentação de propostas mais vantajosas decorrentes de expertise, estrutura própria, otimização de custos, tecnologia empregada e estratégia comercial individual.



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Cumprе ressaltar, ainda, que o objeto licitado envolve prestação continuada de serviços com fornecimento em comodato, hipótese em que é plenamente possível a amortização dos custos dos equipamentos ao longo da execução contratual, circunstância que reduz significativamente o impacto financeiro inicial da contratação e afasta a alegação genérica de inviabilidade econômica.

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado de que a Administração deve prestigiar o formalismo moderado e a busca da proposta mais vantajosa, vedando-se interpretações restritivas que impliquem eliminação indevida de licitantes sem fundamento técnico robusto.

Dessa forma, ausente demonstração objetiva, concreta e tecnicamente comprovada da inviabilidade de execução contratual, não há fundamento legal para desclassificação da proposta vencedora, devendo ser preservada a decisão administrativa que reconheceu sua aceitabilidade, em observância aos princípios da legalidade, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

X – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta inequívoco que:

- a proposta apresentada pela PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. atende integralmente às exigências editalícias;
- inexistе qualquer desconformidade técnica insanável;
- não houve alteração substancial da proposta;
- a diligência realizada observou integralmente a Lei nº 14.133/2021;
- a exequibilidade da proposta foi devidamente demonstrada;



Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

- inexistiu qualquer afronta aos princípios da isonomia, vinculação ao edital ou competitividade;
- o recurso apresentado possui caráter meramente protelatório e inconformista.

Dessa forma, requer-se:

- a) o total desprovemento do recurso administrativo interposto pela empresa SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA.;
- b) a manutenção integral da decisão que declarou vencedora a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.;
- c) o regular prosseguimento do certame, com adjudicação e homologação do objeto licitado.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Monlevade/MG, 12 de maio de 2026.

Portal Segurança Eletrônica Ltda
Edmar Martins do Carmo
Sócio Administrador